



CARTA COMPROMISSO DA CLASSE TRABALHADORA PARA UMA TRANSIÇÃO JUSTA

Nós, delegados e delegadas reunidos na 27ª Plenária Regional Sul do Sinpaf, conscientes do nosso papel histórico na defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras das instituições de pesquisa e desenvolvimento agropecuário, firmamos este compromisso coletivo em prol de uma transição justa que garanta um futuro sustentável e digno para todos e todas.

Sabemos que o Brasil enfrenta desafios socioambientais cada vez mais graves. O desmatamento, o avanço da degradação dos biomas, a escassez hídrica e os eventos climáticos extremos impactam diretamente a população e ameaçam a soberania alimentar e a biodiversidade. A transição para uma economia sustentável é uma necessidade urgente que, pelos próprios preceitos, não pode ocorrer às custas da classe trabalhadora e dos territórios.

Vale ressaltar que a implementação de uma transição justa enfrenta diversos desafios. A desindustrialização, o fechamento de postos de trabalho em setores tradicionais e a falta de investimentos em qualificação profissional são barreiras que precisam ser superadas para possibilitar o desenvolvimento fundamentado na justiça socioeconômica e ambiental.

No setor agropecuário, os desafios incluem a necessidade de mudanças estruturais, como a reforma agrária popular, o desenvolvimento e a consolidação de outro modelo agrícola fundamentado nos preceitos da agroecologia e a criação de políticas públicas que garantam a segurança dos/das trabalhadores/as diante das mudanças ambientais e produtivas que impactam o desenvolvimento regional.

As atividades econômicas, como a agricultura, a extração florestal, a pesca e outras cadeias produtivas regionais, são severamente afetadas por

secas, inundações, desequilíbrios e a perda da biodiversidade. Isso compromete não apenas a segurança alimentar, mas também a geração de empregos e o desenvolvimento a partir da vocação dos territórios nas regiões mais vulneráveis.

Diante desse cenário, a pesquisa com enfoque no desenvolvimento rural torna-se ainda mais estratégica para garantir a adaptação da economia local às mudanças climáticas e produtivas. O trabalho dos e das profissionais das empresas de pesquisa e desenvolvimento agropecuário, como aquelas representadas pelo SINPAF, é fundamental para encontrar soluções sustentáveis que minimizem os impactos econômicos e sociais da crise climática, promovendo inovação, inclusão social e desenvolvimento equilibrado nas diversas regiões do país.

Defendemos, portanto, que a transição justa seja realizada com planejamento, proteção social, qualificação profissional e geração de empregos dignos. Setores produtivos precisam se adaptar sem precarizar condições de trabalho ou aumentar desigualdades.

Com isso, faz-se necessário um plano estruturado que promova a transição sem comprometer a segurança econômica da classe trabalhadora, garantindo que os avanços tecnológicos e as transformações produtivas beneficiem a sociedade como um todo.

A realização da COP 30 no Brasil representa um marco significativo para reforçar a centralidade da Amazônia nas discussões climáticas globais. A preservação da maior floresta tropical do mundo é essencial para a regulação do clima, da biodiversidade e da manutenção dos modos de vida das populações tradicionais. A classe trabalhadora deve atuar para garantir que as decisões tomadas no evento resultem em compromissos concretos para uma transição justa, respeitando os direitos dos povos da floresta e promovendo um modelo sustentável de desenvolvimento para a região.

A Codevasf desempenha um papel fundamental nesse processo ao promover a revitalização de bacias hidrográficas, a agricultura irrigada e desenvolvimento sustentável em diversas regiões do país. Suas ações contribuem diretamente para a segurança hídrica, a geração de empregos e a inclusão produtiva, garantindo que as transformações ambientais e econômicas ocorram de maneira justa. É essencial que a Codevasf participe ativamente da construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Nesse contexto, a agroecologia se apresenta como um caminho viável e necessário para garantir uma agricultura sustentável e socialmente justa. O incentivo a práticas agroecológicas fortalece a produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos, preserva os recursos naturais e respeita os conhecimentos tradicionais das comunidades rurais. As pesquisas desenvolvidas por instituições do SNPA, lideradas pela Embrapa, devem ser intensificadas e amplamente aproveitadas para fomentar uma agricultura sustentável e limpa, promovendo inovações que garantam a soberania alimentar e a proteção ambiental.

A transição justa não pode ser apenas um discurso vazio. Ela deve garantir que os trabalhadores e as trabalhadoras sejam protagonistas das mudanças necessárias para um modelo de desenvolvimento que respeite o meio ambiente e os direitos sociais. Por isso, nos comprometemos a:

1. Defender condições de trabalho dignas na transição para uma economia mais sustentável, garantindo que nenhuma transformação resulte em precarização ou desemprego.
2. Exigir qualificação e requalificação profissional para que os/as trabalhadores/as das instituições de pesquisa e desenvolvimento agropecuário possam se adaptar a novas demandas do setor.
3. Combater iniciativas que coloquem os lucros acima das pessoas e da natureza, denunciando práticas de *greenwashing* (quando a organização implementa estratégias e propagandas enganosas sobre

suas práticas ambientais) e a exploração dos/das trabalhadores/as sob o pretexto da sustentabilidade.

4. Participar ativamente das decisões políticas e institucionais relacionadas à transição justa, garantindo que as vozes dos/das trabalhadores/as sejam ouvidas e respeitadas.

5. Fortalecer o SINPAF e a luta sindical para que a transição justa seja uma realidade e não uma promessa vazia.

6. Defender o caráter público da pesquisa agropecuária e das instituições de desenvolvimento, garantindo que a ciência esteja a serviço da sociedade e empenhada na conservação dos recursos naturais, e não subordinada a interesses privados.

7. Defender a criminalização do descarte proposital de produtos alimentícios visando à regulação de oferta e à elevação de preços.

8. Defender princípios que considerem as dimensões humana, social, cultural, política, econômica, de saúde e ambiental no desenvolvimento de uma bioeconomia inclusiva, de forma que se assegure o protagonismo dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, agricultores (as) familiares e demais grupos sociais minoritários em processos e relações que garantam sua soberania alimentar, respeito a sua reprodução social e territórios, com maior retorno de benefícios econômicos e ambientais.

9. Apoiar a luta de povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, agricultores (as) familiares e demais grupos sociais minoritários pelo reconhecimento de sua história, identidade, autodeterminação e conhecimentos gerados para assegurar proteção aos seus diferentes modos de vida, tradições e saberes ancestrais e seus direitos socioterritoriais.



10. Colaborar ativamente com a socialização efetiva de conhecimentos gerados nas empresas da base do Sinpaf, sobretudo junto a grupos que historicamente encontram-se à margem do acesso a esses conhecimentos, que são públicos e, portanto, devem ser compartilhados de variadas e eficientes maneiras.

Nós reafirmamos nossa responsabilidade histórica de lutar por um futuro mais justo, sustentável e igualitário. Uma transição justa só será possível com a participação ativa da classe trabalhadora, e é com esse espírito de luta que assinamos esta carta compromisso.

Florianópolis, 26 de abril de 2025